

Título da apresentação:

A Ribeira de Lisboa, a arte pública na relação entre a cidade e o rio

Título do texto [se for possível ser diferente]:

Arte pública na frente ribeirinha de Lisboa

Rita Ochoa

CIES. Instituto Universitário de Lisboa / CR Polis. Universidade de Barcelona / DECA.
Universidade da Beira Interior

Resumo

Este texto aborda a colocação de arte pública na frente ribeirinha de Lisboa e sua influência na configuração de um sistema territorial de relações físicas, visuais e simbólicas. São classificadas as diferentes obras que integram este sistema, em termos de características físicas, mas também da relação que é estabelecida com os respectivos espaços. São ainda identificadas zonas de maior concentração de arte pública e sua pertença a diferentes momentos históricos.

Introdução

A arte pública constituiu, desde a segunda metade do século XVIII, uma forma de valorização do espaço urbano. Monumentos ou obras de menor dimensão, tais como bustos ou estatuária, articularam-se desde então com os vários processos de desenho da cidade. Embora os paradigmas de monumentalização do espaço urbano tenham sofrido mudanças a partir do século XX, os valores da monumentalidade continuaram presentes, através de novas formas de expressão. Mais recentemente, várias cidades têm apostado na implementação de programas de arte pública, como forma de dotar os seus espaços públicos – novos ou já existentes – de conteúdos simbólicos.

Alguns espaços parecem possuir uma maior apetência para acolher intervenções de arte pública. Assim, encontram-se frequentemente intervenções em centros históricos, eixos de expansão urbana, jardins e parques, novos bairros residenciais, entre outros.

Em cidades portuárias, as respectivas frentes de água configuram também espaços privilegiados para acolher arte pública (Remesar 2002; Ochoa 2012) e, em particular, monumentos de forte carga simbólica. Lisboa não constitui exceção. É sintomático que a intervenção com o nome da cidade – *Lisboa (aos Construtores da Cidade)*¹ – e que obras subordinadas a temas como os *500 Anos da partida de Pedro Álvares Cabral para o Brasil*² ou *A guitarra portuguesa (homenagem a Amália Rodrigues)*³ tenham sido posicionadas junto ao Rio.

Também não por acaso, em dois momentos da História de Lisboa, dois importantes eventos – os quais originaram intervenções artísticas – foram localizados na sua frente ribeirinha:

Em 1940, a Exposição do Mundo Português, realizada a ocidente da cidade (zona de Belém), celebrando a Nação, através da comemoração de um duplo centenário: 800 anos da Fundação do País e 400 anos após a Restauração da Independência;

58 anos mais tarde, a Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo'98), na Zona Oriental da cidade (extremo oposto a Belém), subordinada ao tema "Os Oceanos, um Património para o Futuro", celebrando os Descobrimentos e os feitos dos portugueses no mundo.

Este último evento integrou a implementação de um programa de arte pública⁴, transformando a frente ribeirinha oriental numa das áreas da cidade mais densamente monumentalizadas, através de elementos contemporâneos.

A monumentalização das frentes de água é assim um valor que persiste actualmente, associado a uma vontade de as (re)integrar na cidade e de as resgatar para os cidadãos, mediante a criação de novos tecidos urbanos que valorizem os seus espaços públicos⁵.

Mas, nesta discussão, um factor deverá ser introduzido: a questão portuária. Apesar das mudanças nos paradigmas tecnológicos e territoriais, os portos continuam a desempenhar, nas economias actuais, um importante papel. Pelo que, no contexto actual, a integração das frentes de água nas cidades e a sua monumentalização não se pode dissociar da necessidade de manter determinadas infraestruturas nas cidades.

É importante perceber que estas duas valências – de lazer e funcional – não são incompatíveis. Será então importante encontrar soluções de compromisso, onde possam coexistir ambas as situações: um usufruto da frente de água por parte das populações, mas também um seu correcto aproveitamento para actividades portuárias.

Para uma caracterização da arte pública na frente ribeirinha de Lisboa

No estudo *Cidade e frente de água – Papel articulador do espaço público* (Ochoa 2012) foram identificados os elementos de arte pública ao longo dos principais eixos de articulação entre a cidade de Lisboa e a sua frente de rio, entre 2008 e 2010. Nestes eixos, a maior parte da arte pública (128 de 205 elementos) posicionava-se perto da água. Paralelamente, foram contabilizados 173 elementos no território definido como frente de água⁶ (Fig. 1).

Estes dados quantitativos demonstram que, de facto, a frente ribeirinha de Lisboa é um espaço privilegiado para a colocação de arte pública. Mas como se caracteriza, efectivamente, esta "massa simbólica"⁷?

Desde logo, é possível identificar uma grande diversidade de obras; em termos de características físicas (escala, tamanho, forma, materiais, cores) e do tipo de relação estabelecida com os espaços em que se implantam.

Verificam-se primeiramente elementos com um carácter marcadamente referencial, pontuando verticalmente a frente de água. Esculturas, elementos comemorativos, bustos, monumentos históricos, ou outros elementos posicionados isoladamente nos espaços e perpendicularmente ao plano de chão.

Alguns destes elementos, de acordo com o seu posicionamento e com as suas dimensões, podem contribuir para a percepção da frente de água a partir de outros pontos da cidade. É o caso de monumentos na terminação de eixos; ou mesmo de infraestruturas portuárias que, quando visíveis, evocam a presença da água em contextos urbanos que, devido à sua topografia ou à ocorrência de barreiras visuais, não permitem a sua visualização (Fig. 2).

Com uma presença bastante diferente, existem também elementos no pavimento – arte pública no plano horizontal –, posicionados pontual ou continuamente ao longo da

frente ribeirinha, mas sem visibilidade a partir da cidade em geral. É o caso da *Ciclovia*⁸ entre Belém e o Cais de Sodré (Fig. 3).

Ao longo da frente de água é ainda possível observar uma multiplicidade de elementos associados a edifícios. Nesta categoria cabem baixos-relevos, frontões, intervenções diversas em fachadas ou ainda esculturas/elementos escultóricos nas mesmas. Alguns edifícios, pela sua carga simbólica e pela sua presença no território serão também aqui incluídos. Ou mesmo partes de edifícios, tais como a *Pála do Pavilhão de Portugal*⁹, no Parque das Nações (Fig. 4).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, consideram-se nesta classificação obras emblemáticas de carácter infraestrutural (infraestrutura como arte pública). E a valorização de determinados elementos infraestruturais – túneis, pontes, viadutos – através de intervenções de carácter artístico (arte pública associada a infraestrutura) (Fig. 5).

Existem ainda elementos diversos de mobiliário urbano, tais como quisques, fontes, ou até objectos, que, em determinado contexto e, pelas suas características, comportam um determinado valor simbólico. Elementos como cabines telefónicas, urinóis públicos (hoje praticamente em desuso) fazem parte desta categoria (Fig. 6).

Por fim, elementos paisagísticos explorados como arte pública. Este grupo inclui também arte pública dentro de jardins e de parques ribeirinhos – espaços que, por possuírem uma grande concentração obras, são designados por Remesar (2002) como *contentores de escultura* (Fig. 7).

Zonas de maior concentração de arte pública e pertença a diferentes períodos históricos

Não obstante alguma arte pública aparecer ao longo da frente de água de forma dispersa, existem zonas mais *carregadas*, ou seja, com maior concentração de obras.

Em Lisboa, existem três grandes núcleos de arte pública na frente ribeirinha (que, por sua vez, se subdividem em pequenos focos de arte pública): 1) a ocidente, a zona de Belém; 2) no centro histórico (entre Cais de Sodré e Santa Apolónia); 3) na zona oriental da cidade. Naturalmente, a ocupação portuária condiciona o posicionamento de arte pública, pelo que, actualmente, estes três núcleos correspondem também a áreas com acesso público à frente de água¹⁰.

Classificámos anteriormente os diversos elementos simbólicos na frente ribeirinha, em termos de presença física e da relação estabelecida com o espaço urbano. Para a caracterização da arte pública na frente de água contribui também a análise dos momentos históricos de colocação¹¹ (Tabela 1).

Na primeira das três áreas mencionadas, Belém, é possível identificar arte pública pertencente a todos os momentos históricos considerados¹². O espaço correspondente ao Jardim da Torre de Belém e respectiva envolvente possui uma predominância de elementos recentes. Já nos espaços adjacentes à Praça do Império verifica-se uma predominância de elementos colocados durante o período do Estado Novo, que, como vimos, adoptou esta zona da cidade como espaço de representação (Elias 2004), no âmbito da Exposição do Mundo Português.

Também a frente ribeirinha correspondente ao centro histórico (entre o Cais de Sodré e Santa Apolónia) integra arte pública pertencente a todos os períodos históricos considerados. Particularmente, na área do Cais de Sodré e da Praça do Comércio, é possível encontrar intervenções correspondentes ao período Pombalino. Por sua vez, a

área correspondente ao antigo troço da Cerca Moura paralelo à Ribeira é a que apresenta obras mais antigas, todas anteriores ao Séc. XIX.

A zona oriental de Lisboa integra dois focos principais de arte pública, com características bastante distintas. A Praça David Leandro da Silva, com predominância de obras do início do séc. XX (algumas das quais dentro do estilo *Art Nouveau*) e o Parque das Nações, onde apenas se verificam elementos recentes, decorrentes do já referido programa de arte pública da Expo'98.

		Total	Anterior ao Séc. XVIII	Sécs. XVIII-XIX	1900-1925	1926-1974	Pós 25 Abril 1974	Sem inf. de data
OCIDENTE	1. Jardim da Torre de Belém + envolvente	13	1	2	1	1	8	-
	2. Museu de Arte Popular	6	-	-	-	6	-	-
	3. Praça do Império + envolvente	13	-	1	-	8	3	1
	4. Praça Afonso de Albuquerque	7	-	1	1	4	-	1
CENTRO	5. Cais do Sodré + envolvente	10	-	3	1	-	5	1
	6. Praça do Comércio + envolvente	11	-	4	-	2	5	-
ORIENTE	7. Área correspondente à Cerca Moura	4	2	2	-	-	-	-
	8. Santa Apolónia + envolvente	10	1	1	2	2	2	2
	9. Praça David Leandro da Silva	5	-	1	3	-	-	1
	10. Parque das Nações	54	-	-	-	-	54	-
Arte pública dispersa ao longo da frente de água		40	-	7	2	11	19	3
		173	4	22	10	34	96	9

Tabela 1: Arte pública na frente de água: zonas de maior concentração, número de elementos de arte pública e pertença a diferentes períodos históricos (a cinza, períodos históricos predominantes em cada zona)

Conclusões

Pelo seu carácter inerentemente simbólico, as frentes de água urbanas são frequentemente eleitas para acolher arte pública. A frente ribeirinha de Lisboa encontra-se ocupada por uma grande diversidade de elementos simbólicos, estabelecendo diferentes tipos de relação com os respectivos espaços urbanos, implantando-se de forma dispersa ou em núcleos, e pertencentes a diferentes momentos históricos.

No seu conjunto, estas obras configuram um rico património, permanecendo como um palimpsesto de memórias de diferentes épocas. De certa forma, é possível traçar a História da cidade através das colocações de arte pública na frente de água. Assim, a cronologia das colocações de arte pública pode ser observada como uma cronologia das intervenções da cidade.

A presença de arte pública na frente de água contribui para a sua valorização. Esta valorização é conseguida com a colocação de elementos simbólicos segundo a lógica horizontal (ao longo da frente de água), mas também segundo a lógica vertical (transversalmente à frente de água, ao longo dos principais eixos de articulação). Mas contribui também para a própria percepção da água nas cidades. A visibilidade de certos elementos (objectos de carácter referencial) pode contribuir para evocá-la no interior do território e ainda para a definição de um perfil característico, a partir do exterior da cidade – do seu *skyline* (Kostof 1999).

Nestas dinâmicas, para além das obras de carácter intencional, devem ser consideradas as inúmeras presenças ligadas ao sistema portuário que *carregam* de forma muito particular o espaço urbano, como referências de memória de actividades do passado.

Faróis, gruas, contentores, hélices e outras partes de barcos, chaminés de fábricas, silos, etc., normalmente peças que comportam um valor plástico depois de perder a sua função; infraestruturas portuárias ainda no activo, que fazem parte do imaginário das frentes de água, ou elementos já sem função, mas que permanecem no território como memórias de um passado que é exclusivo destas cidades. E que por isso fazem parte da sua identidade (Fig. 8).

A arte pública constitui actualmente um importante factor de qualificação da cidade. Com a abertura do conceito de arte pública às referências físicas e simbólicas – ou seja, com um entendimento independente do seu valor estético, da sua intencionalidade e da sua tradicional significação como monumento/escultura/estatuária –, poder-se-ão abrir caminhos para que possam ser considerados e eventualmente recontextualizados, elementos já existentes, que valorizem as especificidades dos lugares e das cidades.

As cidades têm assim toda uma base de elementos simbólicos que podem beneficiar a construção da sua identidade. E as cidades portuárias contam com este valor adicional.

Referências

Carvalho, Anabela (dir.) (2005). *Estatuária e escultura de Lisboa. Roteiro*. Lisbon: Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Património Cultural/Divisão de Património Cultural.

Costa, João Pedro (2007). *La Ribera entre proyectos. Formación y transformación del territorio portuario, a partir del caso de Lisboa*. PhD in Urbanism, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidade Politècnica de Catalunya.

Elias, Helena (2004). A emergência de um espaço de representação. Arte Pública e transformações urbanas na zona ribeirinha de Belém. *On the Waterfront*, 6, 43-135. Viewed 21 June 21 2013, http://www.ub.edu/escult/Water/waterf_06/W06_03.pdf

Ochoa, Rita (2012). *Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público*. PhD in Public Space and Urban Regeneration, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona.

Pol, Enric (2005) [1997]. *Symbolism a Priori. Symbolism a Posteriori*. In Remesar, A. (ed.), *Urban regeneration. A challenge for public art* (pp. 71-76). Barcelona: Universidade de Barcelona.

Kostof, Spiro (1999) [1991]. *The city shaped. Urban patterns and meanings through history*. Londres: Thames and Hudson.

Remesar, Antoni (2002). Waterfronts and public art: a problem of language. *On the Waterfront*, 3, 3-26. Consultado em 12 Dez. 2010, disponível em <http://www.ub.edu/escult/Water/water3/artsdev.pdf>

¹ José de Guimarães, 1999.

² Autor não identificado, 2000.

³ Mário Vaz, 2001.

⁴ Este programa, concertando nomes nacionais e internacionais ligados às artes plásticas, teve como princípios de acção a recusa do sentido de arte pública como mero acessório do tecido urbano, fazendo a apologia da intervenção artística como meio paisagísticos, alargando o seu plano de actuação à definição e vivência da topografia do território e manifestando-se essencialmente em dois eixos plásticos de intervenção: 1) pavimentos e revestimentos; 2) elementos escultóricos. Sendo o lema da exposição “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”, também algumas das temáticas celebradas pelas obras focaram o imaginário da água.

⁵ Veja-se, na cidade de Lisboa, os mais recentes projectos de requalificação de espaços ribeirinhos: a construção do novo Museu dos Coches junto a Belém, os novos espaços públicos resultantes do projecto de requalificação na Ribeira das Naus, ou ainda o projecto para área do Campo das Cebolas/Doca da Marinha.

⁶ Foram consideradas como “frente de água” as áreas com uma unidade territorial morfológica dentro da organização geral das respectivas cidades, que correspondem ao corredor de contacto com a linha de separação entre a terra e a água (Costa 2007).

⁷ A arte pública é assumida, nesta investigação, como facto urbano, correspondente a uma cadeia de decisões e acontecimentos, e reflectindo distintas formas de pensar e de fazer cidade. Por outro lado, a arte pública é entendida de forma abrangente. Ou seja, neste conceito cabem os objectos produzidos com uma intencionalidade prévia de *ser* arte pública (monumento/escultura/estatuária), mas incluem-se também determinadas presenças que, pelo seu carácter de excepção, pelas memórias que evocam e pela carga simbólica que conferem ao espaço, adquiriram, *a posteriori*, esse estatuto (Pol 2005). Chegamos assim a dois pressupostos fulcrais para o entendimento de arte pública:

- a) Observação da arte pública em relação ao seu contexto, não como objecto isolado;
- b) Arte pública como os elementos que constituem uma referência física e simbólica no espaço urbano.

⁸ João Gomes da Silva, 2009. A *Ciclovia* de cerca de 7 km funciona como um elemento unificador ao longo da frente ribeirinha. Esta intervenção responde a questões funcionais (marcação do circuito de bicicletas) através de elementos de carácter estético (frases poéticas e elementos artísticos no pavimento e em fachadas ao longo do percurso), pelo que se constitui simultaneamente como desenho urbano e como arte pública.

⁹ Álvaro Siza Vieira, 1998.

¹⁰ Com excepção da área de Santa Apolónia, onde o acesso público à frente de água foi recentemente condicionado.

¹¹ Em coerência com o conceito de arte pública adoptado – em que esta é considerada em relação com a sua envolvente e não como objecto estético isolado –, no processo de datação consideraram-se os momentos de colocação no espaço público (que poderá ou não corresponder a uma inauguração) e não as data de elaboração das peças.

¹² Os períodos históricos considerados baseiam-se na classificação temporal proposta pelo trabalho *Estatuária e escultura de Lisboa. Roteiro* (Carvalho 2005): "Pós 25 de Abril de 1974"; "1926-1974"; "1900-1925"; "Sécs. XVIII-XIX", aos quais foi adicionado o período "Anterior ao séc. XVIII".